PROJETO DE LEI Nº , DE 2012
(Do Sr. Ratinho Junior)

“Regulamenta a autuação por excesso de carga transportada nas rodovias brasileiras e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A autuação por excesso de peso transportado em veículos de carga nas rodovias brasileiras aplica-se quando aferido no peso bruto total.

§ 1º Não poderá ser aplicada a autuação por excesso de peso aferido entre-eixos.

§ 2º O transportador e o embarcador são solidariamente responsáveis pela infração relativa ao excesso de peso bruto total,

Art. 2º É obrigatória a retirada do excesso de peso verificado para a liberação do veículo autuado.

Parágrafo único O embarcador é responsável pela remoção do excesso de carga retida pelo órgão fiscalizador.

Art. 3º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Frequentemente, os transportadores de carga são punidos injustamente quando a aferição é feita entre-eixos, tendo em vista a possibilidade de movimentação da carga a partir do início da viagem.

Vale destacar que nem sempre é possível, mesmo durante a embarcação, distribuir de forma absolutamente precisa as cargas. Isso pode penalizar o transportador e o embarcador a partir do pressuposto de má-fé, o que nem sempre condiz com a realidade.

Importante também mencionar a falta de estrutura e instrumentos para a adequada aferição entre-eixos, o que proporciona desvirtuamento na medição e aplicações indevidas de autuações, em prejuízo de profissionais.

É verdade que a distribuição inadequada entre-eixos pode provocar desequilíbrio nos veículos e, conseqüentemente, acidentes. Porém o rigor exagerado, que obriga o motorista não habilitado a movimentar cargas já arrumadas, traz prejuízos maiores. São centenas de acidentes registrados, como quedas dos caminhões, perda de cargas após a retomada da viagem e muitas outras formas.

Apenas para ilustrar, mencionamos um acidente ocorrido recentemente no Paraná e que levou a óbito uma mulher grávida. Na ocasião, após o remanejamento da carga por parte do motorista (ressalte-se que só foi mexida a posição, pois não havia excesso no peso bruto total), uma bobina se desprende e provocou a tragédia.

Nobres Colegas Parlamentares, diante da importância da matéria e com o objetivo de contribuir para a segurança nas estradas brasileiras, solicito o apoio de todos para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado **RATINHO JUNIOR**
PSC/PR